

Colégio

Sala

Ordem



Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
Conhecimentos Específicos para Auditor
Fiscal da Receita Estadual

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

3º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 120 questões, numeradas de 1 a 120.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer anotação.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2506263704M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

3º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás
SEFAZ GO

CARGO:

Auditor - Fiscal da Receita Estadual

DISCIPLINAS:

Conhecimentos Específicos

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

7/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

7/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**SEFAZ GO – 3º SIMULADO – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA
AUDITOR – FISCAL DA RECEITA ESTADUAL (PÓS-EDITAL)****CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO****Vitor Kessler**

1. Considere um ambiente OLAP utilizado por uma empresa de telecomunicações. Um analista deseja visualizar os dados detalhados por dia, enquanto atualmente os dados estão agregados por mês. A operação que ele deve utilizar é:
 - (A) Slice.
 - (B) Roll-up.
 - (C) Drill-down.
 - (D) Dicing.
 - (E) Pivot.

2. No modelo relacional, a linguagem utilizada para recuperar dados com base em consultas, projeções e junções é conhecida como:
 - (A) DDL.
 - (B) DCL.
 - (C) DML.
 - (D) SQL.
 - (E) TCL.

3. Ao projetar um banco de dados, a etapa em que se definem as entidades, atributos e relacionamentos é conhecida como:
 - (A) modelagem física.
 - (B) modelagem lógica.
 - (C) modelagem conceitual.
 - (D) normalização.
 - (E) denormalização.

4. No contexto de administração de SGBDs, a técnica que garante que múltiplos usuários possam acessar o banco de forma simultânea sem conflitos ou corrupção de dados é chamada:
 - (A) integridade referencial.
 - (B) controle de concorrência.
 - (C) backup incremental.
 - (D) atomicidade.
 - (E) consistência.

5. Um analista precisa processar dados brutos provenientes de múltiplas fontes, transformando-os em um formato utilizável antes de alimentar um modelo de aprendizado de máquina. Esse processo é parte de:
 - (A) backup e recuperação.
 - (B) pré-processamento de dados.
 - (C) armazenamento em data lake.
 - (D) modelagem multidimensional.
 - (E) indexação de dados.

6. Durante o desenvolvimento de um produto digital em uma empresa de tecnologia, a equipe adota um modelo híbrido de gestão de projetos, em que utiliza práticas do Guia PMBOK para alinhamento estratégico e de governança, mas aplica métodos ágeis para o desenvolvimento incremental do produto. No processo, adota o uso de WIP limits, swimlanes e políticas explícitas.
Com base nesse cenário, a equipe está aplicando majoritariamente práticas da abordagem
 - (A) Scrum.
 - (B) Kanban.
 - (C) Scrumban.
 - (D) Lean.
 - (E) XP (eXtreme Programming).

7. Uma equipe de desenvolvimento, buscando melhorar a qualidade do código e reduzir falhas em produção, adota uma abordagem em que os testes são escritos antes do código funcional, e duas pessoas programam juntas na mesma estação, alternando papéis de piloto e navegador. Essa equipe está seguindo princípios da seguinte metodologia:
- (A) Scrum, uma estrutura de gestão iterativa que enfatiza inspeção e adaptação, mas não impõe práticas técnicas específicas como TDD.
 - (B) Scrumban, que integra iterações com fluxo contínuo, mantendo planejamento adaptativo e ciclos de melhoria constante.
 - (C) Lean, metodologia orientada à eliminação de desperdícios com foco em valor e lead time reduzido.
 - (D) Extreme Programming (XP), que inclui práticas técnicas como desenvolvimento orientado a testes (TDD), pair programming e refatoração contínua.
 - (E) Kanban, uma abordagem visual de gerenciamento de fluxo que evita prescrições sobre práticas de desenvolvimento específicas.
8. Ao aplicar um algoritmo de clusterização, um cientista de dados deseja agrupar registros de clientes com base em distância euclidiana. No entanto, percebe que variáveis com escalas muito diferentes estão influenciando a formação dos grupos. Para resolver esse problema, a ação mais apropriada é:
- (A) aumentar o número de clusters no algoritmo para diluir o impacto das variáveis com maior escala.
 - (B) aplicar uma regressão logística para identificar variáveis mais relevantes e eliminar as menos significativas.
 - (C) utilizar um método de clusterização hierárquico em vez de não hierárquico.
 - (D) padronizar as variáveis, de forma que todas tenham média zero e desvio padrão igual a um.
 - (E) remover todas as variáveis contínuas e utilizar somente variáveis categóricas.
9. Na análise de componentes principais (PCA), o objetivo principal é:
- (A) identificar agrupamentos ocultos em variáveis categóricas para modelagem supervisionada.
 - (B) reduzir a dimensionalidade dos dados, maximizando a variância explicada em componentes ortogonais.
 - (C) aplicar funções de ativação não lineares para separar classes em um espaço projetado.
 - (D) classificar dados em múltiplas classes a partir de hiperplanos lineares.
 - (E) corrigir valores ausentes e detectar outliers usando métodos de interpolação.
10. Em uma análise exploratória, um analista identificou que a variável dependente representa a contagem de eventos raros (como incidentes por mês), com muitos zeros e variância maior que a média. O modelo mais indicado para lidar com esse tipo de dado é:
- (A) regressão linear simples, desde que a variável dependente seja transformada com logaritmo.
 - (B) regressão logística binária, por permitir modelar eventos como sucesso ou fracasso.
 - (C) regressão de Poisson, adequada para qualquer tipo de contagem.
 - (D) regressão binomial negativa, que ajusta melhor situações com overdispersion.
 - (E) regressão linear múltipla com variável dummy para os zeros.
11. Na clusterização, a medida de distância mais comum em algoritmos como o K-means é:
- (A) distância Euclidiana.
 - (B) correlação de Pearson.
 - (C) distância de Mahalanobis.
 - (D) distância de Hamming.
 - (E) Nenhuma distância é usada nesse tipo de algoritmo.
12. A regressão logística binária é usada quando:
- (A) a variável dependente possui apenas dois possíveis resultados, como "sim" ou "não".
 - (B) todas as variáveis do modelo são categóricas.
 - (C) o objetivo é agrupar registros com características semelhantes.
 - (D) o modelo possui duas variáveis independentes apenas.
 - (E) a variável dependente é sempre contínua.

AUDITORIA
Cosme Sérgio

O Guia Prático EFD-ICMS/IPI – Versão 3.1.7 visa orientar a geração, em arquivo digital, dos dados relativos à Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI) pelo contribuinte do ICMS e/ou IPI, pessoa física ou jurídica, inscrito no cadastro de contribuintes do respectivo órgão fiscal e esclarecer aspectos referentes à apresentação dos registros e conteúdo de alguns campos, estrutura e apresentação do arquivo digital para entrega ao Fisco. Com relação a esse tema, responda às questões de 13 a 15.

13. No registro 0000 da EFD-ICMS/IPI, o campo **IND_ATIV** deve ser preenchido com “0” quando:

- (A) O contribuinte for optante pelo Simples Nacional.
- (B) O contribuinte for industrial ou equiparado a industrial, conforme legislação do IPI.
- (C) O contribuinte for pessoa física e não obrigado à inscrição no CNPJ.
- (D) O contribuinte estiver com atividades paralisadas.
- (E) O contribuinte for substituto tributário.

14. O registro **0015** (Dados do Contribuinte Substituto) é obrigatório quando:

- (A) o contribuinte for optante pelo Simples Nacional.
- (B) o contribuinte estiver encerrando suas atividades.
- (C) o contribuinte realizar operações de exportação.
- (D) o contribuinte for produtor rural.
- (E) o contribuinte for substituto tributário do ICMS, conforme legislação pertinente.

15. No registro **0300** (Cadastro de Bens do Ativo Imobilizado), o campo **IDENT_MERC** deve ser preenchido com “3” quando:

- (A) o bem estiver vinculado a um bem principal.
- (B) o bem estiver pronto para uso nas atividades do estabelecimento.
- (C) o item for um componente de um bem em construção.
- (D) o bem for destinado à revenda.
- (E) o bem for utilizado em operações de exportação.

O Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD-ICMS/IPI visa orientar a geração, em arquivo digital, dos dados relativos à Escrituração Fiscal Digital (EFDICMS/IPI) pelo contribuinte do ICMS e/ou IPI, pessoa física ou jurídica, inscrito no cadastro de contribuintes do respectivo órgão fiscal e esclarecer aspectos referentes à apresentação dos registros e conteúdo de alguns campos, estrutura e apresentação do arquivo digital para entrega ao Fisco. Com relação a esse tema, responda às questões de 16 a 19.

16. No registro 0000 da EFD-ICMS/IPI, o campo obrigatório para identificar o perfil de apresentação do arquivo fiscal é:

- (A) COD_VER
- (B) IND_PERFIL
- (C) COD_FIN
- (D) CNPJ
- (E) UF

17. No registro 0150 (Tabela de Cadastro do Participante), a informação obrigatória para um participante pessoa jurídica é:

- (A) CPF.
- (B) CEP.
- (C) IE (Inscrição Estadual).
- (D) CNPJ.
- (E) e-mail.

18. No registro 0200 (Tabela de Identificação do Item), o campo obrigatório para produtos sujeitos à substituição tributária a partir de 2017 é:

- (A) COD_BARR
- (B) COD_NCM
- (C) CEST
- (D) EX_IPI
- (E) COD_LST

19. No Bloco E (apuração do ICMS e IPI), o registro utilizado para informar o período de apuração do ICMS é:
- (A) E100.
 - (B) E110.
 - (C) E200.
 - (D) E500.
 - (E) E990.
20. Em todos os casos em que não for possível obter segurança razoável e a opinião com ressalva no relatório do auditor for insuficiente nas circunstâncias para atender aos usuários previstos das demonstrações contábeis, as NBC TAs requerem que o auditor:
- (A) se abstenha de emitir sua opinião ou renuncie ao trabalho, quando a renúncia for possível de acordo com lei ou regulamentação aplicável.
 - (B) comunique à administração no sentido de obter reconhecimento quanto à renúncia dos trabalhos.
 - (C) renuncie aos trabalhos, comunicando o fato ao cliente e ao órgão regulador da profissão.
 - (D) emita um relatório de opinião sem a ressalva e inclua os assuntos que o levaram a emitir esse parecer no relatório de controles internos.
 - (E) se abstenha de emitir uma opinião ou emita uma opinião com negativa de opinião, informando tal fato ao órgão regulador.
21. Sobre a auditoria independente, é correto afirmar que tem por objetivo:
- (A) auxiliar a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.
 - (B) apresentar subsídios para o aperfeiçoamento da gestão e dos controles internos.
 - (C) levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio.
 - (E) recomendar soluções para as não conformidades apontadas nos relatórios.
 - (E) emitir parecer sobre a adequação das demonstrações contábeis.
22. Ao conduzir uma auditoria de demonstrações contábeis, são objetivos gerais do auditor obter segurança:
- (A) razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, devido a fraude ou erro, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (B) razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção irrelevante, devido a erros, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de parecer financeiro.
 - (C) total de que as demonstrações contábeis em parte estão livres de distorção relevante, devido a fraude ou erro, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (D) total de que as demonstrações contábeis em parte estão livres de distorção irrelevante, devido a fraude, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
 - (E) razoável de que as demonstrações contábeis em parte estão livres de distorção irrelevante, devido a fraude ou erro, possibilitando que o auditor expresse opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos considerados, em conformidade com a estrutura de parecer financeiro consolidado do auditor independente.
23. O sistema adquirido pela empresa Certifica S.A. continha um erro de parametrização interna, não registrando na contabilidade dez notas fiscais. O auditor, ao realizar os testes de auditoria, constata o erro. Esse risco de auditoria é denominado risco de:
- (A) negócio.
 - (B) detecção.
 - (C) inerência.
 - (D) estrutura.
 - (E) controle.
24. Todas as opções a seguir são importantes recomendações acerca do planejamento da auditoria, exceto uma. Aponte a única opção falsa.
- (A) O planejamento da auditoria, quando incluir a designação de equipe técnica, deve prever a orientação e supervisão do auditor, que assumirá total responsabilidade pelos trabalhos executados.
 - (B) O programa de auditoria deve ser detalhado de forma a servir como guia e meio de controle do progresso dos trabalhos.
 - (C) O planejamento pressupõe adequado nível de conhecimento sobre o ramo de atividade, negócios e práticas operacionais da entidade.
 - (D) O auditor deve documentar seu planejamento geral e preparar programa de trabalho por escrito, detalhando o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados.
 - (E) O planejamento e os programas de trabalho não devem ser revisados mesmo que novos fatos o recomendarem.

CONTABILIDADE AVANÇADA E DE CUSTOS

Luiz Eduardo

25. A seguir, encontram-se apresentados os Balanços Patrimoniais da Cia. Alfa, em 31/12/2023 e 31/12/2024:

Balanços Patrimoniais			(valores em reais)		
ATIVO	31/12/2023	31/12/2024	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2024
<u>Ativo circulante</u>	96.000	136.400	<u>Passivo circulante</u>	80.000	96.000
Caixa	16.000	40.400	Fornecedores	48.000	23.200
Clientes	48.000	36.000	Empréstimos	32.000	47.200
Estoques	32.000	56.000	Impostos a pagar	-	12.800
Seguros a vencer	-	4.000	Dividendos a pagar	-	12.800
<u>Ativo não circulante</u>	120.400	153.200	<u>Patrimônio Líquido</u>	136.400	193.600
<i>Investimentos</i>	11.200	17.200	Capital	120.000	120.000
<i>Imobilizado</i>			Reservas de Lucros	16.400	73.600
Máquinas e Equipamentos	75.200	136.000			
Terrenos	34.000	-			
TOTAL ATIVO	216.400	289.600	TOTAL PASSIVO+PL	216.400	289.600

A Demonstração do Resultado da Cia. Alfa para o ano 2024 é a seguinte:

Demonstração do Resultado – 2024	(valores em reais)
Receitas de Vendas	288.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	-132.000
(=) Lucro Bruto	156.000
(-) Despesas Operacionais	
Depreciação	-16.800
Outras Despesas Operacionais	-78.400
Resultado de Equivalência Patrimonial	6.000
(+) Lucro na Venda de Imobilizado	19.200
(=) Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras	86.000
(-) Despesas Financeiras	-3.200
(=) Resultado antes dos Impostos	82.800
(-) Despesa com Imposto de Renda	-12.800
(=) Lucro Líquido	70.000

Durante o ano de 2024, a Cia. Alfa não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras incorridas. A venda do terreno foi à vista, e os investimentos são avaliados por equivalência patrimonial.

Com base nestas informações, assinale o valor correspondente ao Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais gerado em 2024.

- (A) 56.000,00
- (B) 80.200,00
- (C) 77.600,00
- (D) 36.800,00
- (E) 40.800,00

26. A Cia. Alfa adquiriu 70% das ações da Cia. Beta, pagando R\$ 2.000.000,00 à vista e passando a deter o seu controle. A aquisição ocorreu em 31/12/2023. O valor contabilizado no Patrimônio Líquido da Cia. Beta era, nessa data, R\$ 1.200.000,00, e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 3.000.000,00.

No período de 01/01/2024 a 31/12/2024, a Cia. Beta auferiu Lucro Líquido de R\$ 200.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$ 50.000,00.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa correta.

- (A) O valor reconhecido no resultado pela Cia. Alfa, na data da aquisição da participação, foi um ganho de R\$ 100.000,00.
 (B) O valor do goodwill (ágio pago por expectativa de rentabilidade futura) pela Cia. Alfa foi R\$ 2.100.000,00.
 (C) O valor reconhecido na conta Investimentos da Cia. Alfa, como participações societárias, na data da aquisição das ações, foi R\$ 2.000.000,00.
 (D) O resultado de equivalência patrimonial registrado pela Cia. Alfa no ano de 2018 foi R\$ 120.000,00.
 (E) O valor reconhecido na conta Investimentos da Cia. Alfa, como participações societárias, na data da aquisição, foi R\$ 1.920.000,00.

27. A seguir, encontra-se uma tabela com as informações sobre os processos judiciais aos quais Cia. Alfa está respondendo:

Processo	31/12/2023	31/12/2024	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
A	R\$ 200.000,00	Provável	R\$ 170.000,00
B	R\$ 77.500,00	Possível	R\$ 57.500,00
C	-	Provável	R\$ 37.500,00
D	-	Remota	R\$ 52.500,00

Com base nas informações acima, assinale a opção que apresenta o impacto total reconhecido no resultado da Cia. Alfa no ano de 2024, decorrente desses processos judiciais.

- (A) Foi registrada uma perda de R\$ 7.500,00.
 (B) Foi registrada uma perda de R\$ 37.500,00.
 (C) Foi registrado um ganho de R\$ 70.000,00.
 (D) Foi registrado um ganho de R\$ 50.000,00.
 (E) Foi registrado um ganho de R\$ 30.000,00.

28. No dia 01/01/2025, a Cia. Alfa realizou três aplicações financeiras com vencimento para 2025. As características de cada aplicação e a forma de sua mensuração, definida pela Cia. Alfa, estão apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/01/2025 (R\$)
50.000	Mensuração ao custo amortizado	2% a.m.	50.250
37.500	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1,5% a.m.	37.875
62.500	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1% a.m.	62.250

Com base nessas informações, assinale a opção correta.

- (A) O impacto total reconhecido no resultado de janeiro de 2025 para as três aplicações foi R\$ 1.125,00.
 (B) O valor total apresentado no balanço patrimonial de 31/01/2025 para as três aplicações foi R\$ 192.875,00.
 (C) O valor total apresentado no balanço patrimonial de 31/01/2025 para as três aplicações foi R\$ 131.250,00.
 (D) O impacto total reconhecido no resultado de janeiro de 2025 para as três aplicações foi R\$ 2.000,00.
 (E) O impacto total reconhecido no resultado de janeiro de 2025 para as três aplicações foi R\$ 1.312,50.

29. A Cia. Alfa tinha, em 31/12/2023, registrado em seu grupo patrimonial Ativo Intangível, o direito de exploração de uma Marca com vida útil indefinida, cujo valor contábil era R\$ 262.500,00, composto pelas seguintes parcelas:

- Custo de aquisição: R\$ 312.500,00
- Perda por desvalorização (reconhecida em 2019): R\$ 50.000,00

Em dezembro de 2024, a Cia. Alfa realizou novamente o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 237.500,00
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 325.000,00

Com base nessas informações e sabendo que as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida, assinale a opção que apresenta a providência que a Cia. Alfa deverá tomar, em dezembro de 2024.

- (A) A Cia. Alfa deverá reconhecer um ganho no valor de R\$ 10.000,00.
- (B) A Cia. Alfa não necessitará fazer nenhum registro.
- (C) A Cia. Alfa deverá reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 20.000,00.
- (D) A Cia. Alfa deverá reconhecer um ganho no valor de R\$ 50.000,00.
- (E) A Cia. Alfa deverá reconhecer um ganho no valor de R\$ 65.000,00.

30. A Cia. Alfa contraiu, em 01/12/2024, um empréstimo à taxa de juros contratada de 1% ao mês. O valor total do empréstimo contratado foi R\$ 1.250.000,00, o pagamento do principal será feito em uma única parcela em 01/12/2026, e os juros serão pagos semestralmente, com a primeira parcela vencendo em 01/06/2025.

Na contratação do empréstimo, a Cia. Alfa teve que arcar com custos de transação no valor de R\$ 78.750,00. A Cia. Alfa calculou, como taxa de custo efetivo para a operação, o valor de 1,3% ao mês.

Assinale a opção que apresenta o valor contábil do empréstimo, registrado no balanço patrimonial de 31/12/2024 e o valor total dos encargos financeiros evidenciados no resultado de 2024, relativo ao empréstimo obtido.

- (A) 1.266.250,00 e 95.000,00.
- (B) 1.186.476,25 e 15.226,25.
- (C) 1.182.962,50 e 11.712,50.
- (D) 1.183.750,00 e 12.500,00.
- (E) 1.262.500,00 e 91.250,00.

31. A Cia. Alfa apresentava, em 31/12/2023, os saldos, em reais, nas contas componentes do seu Patrimônio Líquido:

Capital Social Subscrito	6.000.000,00
Capital Social a Integralizar	900.000,00
Reserva Legal	360.000,00
Reserva Estatutária	450.000,00
Reserva para Expansão	120.000,00

Durante o ano de 2024, os seguintes fatos ocorreram, em ordem cronológica:

- Integralização de R\$ 300.000,00 do Capital Social;
- Apuração de lucro líquido no valor de R\$ 1.800.000,00.

O Estatuto Social da empresa estabelece a seguinte destinação do lucro:

- Reserva Estatutária: 30% do lucro líquido;
- Reserva para Expansão: 20% do lucro líquido;
- Dividendo mínimo obrigatório: 40% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei no 6.404, de 1976 ;
- A diretoria propõe que todo o saldo remanescente seja distribuído como dividendos adicionais.

Com base nessas informações e sabendo que a Reserva Legal é constituída nos termos da Lei n. 6.404, de 1976, assinale a opção que apresenta o saldo contábil a ser evidenciado para o Patrimônio Líquido da Cia. Alfa, em 31/12/2024.

- (A) R\$ 8.839.000,00.
- (B) R\$ 7.575.000,00.
- (C) R\$ 7.446.000,00.
- (D) R\$ 6.530.000,00.
- (E) R\$ 7.440.000,00.

32. A seguir, encontra-se apresentado o Balanço Patrimonial da Cia. Alfa em 31/12/2023:

(Valores em reais)

Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	562.500,00	Passivo Circulante	287.500,00
Caixa	225.000,00	Fornecedores	287.500,00
Clientes	275.000,00		
Estoque	62.500,00		
Ativo Não Circulante	125.000,00	Patrimônio Líquido	400.000,00
Imobilizado	187.500,00	Capital social	400.000,00
(-) Depreciação acumulada	-62.500,00		
Total do Ativo	687.500,00	Total do Passivo + PL	687.500,00

Durante o ano 2024, a Cia. Alfa realizou as seguintes transações:

- Venda do Imobilizado em 01/01/2024 por R\$ 150.000,00, à vista;
- Pagamento a Fornecedores no valor de R\$ 137.500,00;
- Recebimento de Duplicatas a Receber de clientes no valor de R\$ 100.000,00;
- Aquisição, em 01/07/2024, de novo imobilizado no valor de R\$ 87.500,00, sendo 50% à vista e o restante para ser pago em 2025, sem juros. O imobilizado começou a ser utilizado na data da compra, a vida útil estimada do bem é 5 anos e o valor residual esperado é R\$ 12.500,00. A Cia. Alfa utiliza o método linear para cálculo da depreciação;
- Recompra de ações de sua própria emissão, em 31/10/2024, com pagamento à vista no valor de R\$ 37.500,00;
- Pagamento antecipado ao Fornecedor, Cia. Beta, no valor de R\$ 75.000,00, por mercadorias a serem entregues em dezembro de 2024 ;
- Recebimento antecipado do cliente Cia. Delta, no valor de R\$ 125.000,00, para que a Cia. Alfa lhe entregue produtos em dezembro de 2024 ;
- Recebimento das mercadorias pagas antecipadamente ao Fornecedor, Cia. Beta;
- Entrega em dezembro das mercadorias ao cliente Cia. Delta. O custo das mercadorias entregues foi de R\$ 81.250,00.

Após o reconhecimento das transações acima, o valor total do Ativo da Cia. Alfa era, em reais,

- (A) 617.500,00.
- (B) 625.000,00.
- (C) 692.500,00.
- (D) 661.250,00.
- (E) 685.000,00.

33. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária que tem por objeto a revenda de mercadorias. No ano de 2024, a Cia. Alfa adquiriu mercadorias para revenda e incorreu nos seguintes gastos:

- Pagamento aos fornecedores pelas mercadorias: R\$ 936.000,00;
- Pagamento do frete para transporte das mercadorias até o estabelecimento comercial da Cia. Alfa: R\$ 60.000,00;
- Pagamento de seguro para transporte das mercadorias até o estabelecimento: R\$ 36.000,00;

A Cia. Alfa obteve, durante o ano, abatimentos sobre as compras realizadas, no valor de R\$ 24.000,00. No período, o valor dos tributos recuperáveis sobre as compras foi de R\$ 108.000,00 e o valor dos tributos não recuperáveis, R\$ 52.800,00.

No início do ano, estoque inicial de mercadorias da Cia. Alfa estava avaliado em R\$ 300.000,00 e, no final do ano, o saldo verificado foi de R\$ 390.000,00.

O valor total das mercadorias vendidas em 2024 pela Cia. Alfa foi R\$ 1.680.000,00. Entretanto, a Cia. Alfa concedeu um desconto incondicional de 5% sobre essas vendas. Os tributos incidentes sobre as vendas realizadas totalizaram o valor de R\$ 144.000,00. Por fim, a Cia. Alfa incorreu nos seguintes gastos relacionados com as vendas efetuadas:

- Pagamento de frete no valor de R\$ 12.000,00 para a entrega das mercadorias vendidas;
- Pagamento de comissão para os vendedores no valor de R\$ 33.600,00.

Considerando somente as informações apresentadas, assinale a opção que apresenta o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e o valor do Resultado Bruto com Vendas (Lucro bruto) da Cia. Alfa, no ano de 2024, respectivamente.

- (A) 900.000,00 e 552.000,00.
- (B) 810.000,00 e 642.000,00.
- (C) 834.000,00 e 594.000,00.
- (D) 810.000,00 e 630.000,00.
- (E) 810.000,00 e 596.400,00.

34. A Cia. Alfa, sociedade empresária industrial, fabrica quatro diferentes produtos: A, B, C e D. As informações referentes a cada um deles encontram-se apresentadas na tabela a seguir.

Produtos	A	B	C	D
Preço de venda (unitário)	126,00	126,00	126,00	126,00
Custos variáveis (unitário)	30,80	35,00	33,60	22,40
Custos fixos (unitário)	22,40	18,20	25,20	23,80
Despesas variáveis (unitário)	8,40	2,80	8,40	11,20
Despesas fixas (unitário)	4,20	1,40	4,20	5,60

Os custos fixos são comuns aos quatro produtos fabricados e alocados com base nos volumes produzidos. As despesas fixas são alocadas em função das despesas variáveis unitárias.

Sabendo que a Cia. Alfa tem recursos limitados para investir em propaganda e que o objetivo é a maximização do lucro, assinale a opção que apresenta a ordem de prioridade em que os produtos devem ter sua fabricação e venda incentivada.

- (A) D, A, C e B.
- (B) D, B, A e C.
- (C) D, A, B e C.
- (D) B, D, A e C.
- (E) B, A, D e C.

35. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária industrial que produz um único produto. Em janeiro de 2025, a Cia. Alfa incorreu nos seguintes gastos:

Matéria-prima:	R\$ 15,00	/unidade
Mão de obra direta:	R\$ 5,00	/unidade
Custos fixos:	R\$ 218.750,00	
Despesas fixas:	R\$ 31.250,00	
Despesas variáveis:	R\$ 5,00	/unidade
Comissões de venda:	5%	do preço de venda

Pela sua presença no mercado, a Cia. Alfa conseguiu determinar a estrutura de preços de seu produto, nos termos a seguir:

Preço de venda:	R\$ 100,00	/unidade
Impostos sobre a Venda:	10%	da receita de vendas

Com base nestas informações e considerando que a Cia. Alfa deseja obter um lucro de R\$ 125.000,00, assinale a opção que apresenta o ponto de equilíbrio econômico da Cia. Alfa em unidades.

- (A) 6.250
- (B) 4.400
- (C) 6.500
- (D) 5.660
- (E) 7.500

36. A Cia. Alfa é uma sociedade empresária industrial que fabrica um único produto e iniciou suas atividades em março de 2025, período em que foram levantadas as seguintes informações:

Preço bruto de venda:	R\$ 600,00	por unidade
Comissões de venda:	5%	do preço de venda
Impostos sobre a Venda:	10%	da receita de vendas
Custos variáveis:	R\$ 150,00	por unidade
Custos fixos:	R\$ 1.950.000,00	
Despesas variáveis:	R\$ 75,00	por unidade
Despesas fixas:	R\$ 300.000,00	

Sabendo que a Cia. Alfa produziu integralmente 15.000 unidades nesse mês e utiliza o método de custeio por absorção, assinale a opção que apresenta o custo unitário da produção do mês, em reais.

- (A) 150,00.
- (B) 230,00.
- (C) 280,00.
- (D) 300,00.
- (E) 390,00.

DIREITO TRIBUTÁRIO I

Renato Grilo

37. A respeito da extinção do crédito tributário por meio da decadência, assinale a alternativa que está de acordo com o CTN.
- (A) Embora tratados em um mesmo dispositivo legal, a prescrição tributária alcança a pretensão para a cobrança do crédito, enquanto a decadência atinge a prerrogativa relativa ao lançamento tributário.
 - (B) Decadência tributária é fenômeno jurídico que, tecnicamente, ocorre após a ocorrência de um regular lançamento tributário.
 - (C) Diferentemente do que ocorre no direito civil, não há qualquer diferença entre prescrição e decadência tributárias.
 - (D) Dentre todas as espécies de tributos, a decadência tributária somente não se aplica aos empréstimos compulsórios.
 - (E) A decadência será de 5 (cinco) anos, contados da ocorrência do fato gerador.
38. Assinale a alternativa correta, tendo em conta as disposições do sistema tributário nacional.
- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou majorou.
 - (B) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar taxas e contribuições uns dos outros e impostos federais dos entes subnacionais.
 - (C) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos não progressivos.
 - (D) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos com base em lei que não seja específica, ou seja, a lei precisa tratar somente do aumento ou criação tributária.
 - (E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios aplicar anistia a multas tributárias definitivamente constituídas.
39. Assinale a alternativa correta, tendo em conta as disposições do sistema tributário nacional.
- (A) A Constituição Federal veda que qualquer entidade da administração pública indireta goze de imunidade tributária recíproca.
 - (B) De acordo com a CF, a União possui a prerrogativa de instituir isenções de tributos que não sejam de sua competência.
 - (C) Empresas estatais equiparam-se ao setor privado, ainda que prestem serviços públicos, sendo-lhes vedada pela jurisprudência qualquer imunidade tributária.
 - (D) Favorecer constitucionalmente empresa de pequeno porte não vulnera o princípio da isonomia tributária.
 - (E) A exploração direta da atividade econômica pelo Estado é uma regra geral que atende ao princípio da ordem tributária, econômica e financeira, cujo objetivo é resguardar a soberania nacional.

40. Considerando os princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa correta.
- (A) De acordo com o princípio reserva estrita de lei no direito tributário, os seguintes tributos somente podem ser instituídos por lei complementar: o imposto sobre grandes fortunas (IGF), os empréstimos compulsórios e os impostos e contribuições residuais.
 - (B) O pedágio é tributo declarado inconstitucional pelo STF, por violar o direito de ir e vir.
 - (C) Não é necessária lei específica para a instituição de um benefício fiscal.
 - (D) De acordo com entendimento do STF, é constitucional lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.
 - (E) O princípio da anterioridade tributária incide na revogação legal de tributos ou na diminuição de alíquotas.
41. Assinale a alternativa que está incorreta, tendo como base os temas das normas gerais de direito tributário na CF e no CTN.
- (A) É legítima a cobrança de IPTU e taxa de lixo sobre imóvel construído irregularmente, acerca do qual há ordem do Judiciário de desocupação imediata.
 - (B) A hipótese de incidência do tributo da espécie "taxa" é sempre e necessariamente um fato produzido pelo Estado, na esfera jurídica do próprio Estado, em referibilidade ao administrado, ou uma atuação estatal diretamente referida ao contribuinte, que pode consistir ou num serviço público ou num ato de polícia.
 - (C) Salvo pontuais exceções constitucionais e legais, é vedada a criação ou a majoração de tributos, bem como a cominação de penalidades em caso de violação da legislação tributária, salvo por meio de lei, em atenção ao princípio constitucional da legalidade tributária.
 - (D) Para cobrir déficit no custeio de serviços públicos, a taxa pode superar a relação de equivalência que deve existir entre o custo real da atuação estatal referida ao contribuinte e o valor que o Estado pode exigir de cada contribuinte.
 - (E) As custas, a taxa judiciária e os emolumentos constituem espécie tributária, são taxas, segundo a jurisprudência iterativa do STF.
42. Uma sociedade de economia mista estadual, com ações negociadas em bolsa de valores, responsável pelo saneamento básico no âmbito do Estado, formulou requerimento administrativo aos municípios nas regiões em que opera e tem imóveis, requerendo o reconhecimento de imunidade tributária do IPTU. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) O requerimento administrativo é inviável ao reconhecimento de imunidade, por se tratar de benefício fiscal previsto em leis locais e, portanto, submetido necessariamente à reserva de análise jurisdicional.
 - (B) Trata-se de requerimento que deve ser direcionado à União, e não aos municípios, por se tratar de imunidade tributária recíproca prevista na CF.
 - (C) O requerimento deve ser deferido, incondicionalmente.
 - (D) A empresa estadual, desde que atenda a determinados requisitos previstos no CTN, poderá requerer a concessão de imunidade tributária mediante expedição do CEBAS.
 - (E) A imunidade tributária recíproca não alcança a empresa estatal estadual.
43. Considere, hipoteticamente, que duas partes tenham pactuado a venda de uma casa situada em condomínio fechado, pelo valor de 500 mil reais. O imóvel se encontrava bastante deteriorado e, por esse motivo, foi negociado abaixo da média de venda de imóveis no mesmo condomínio. Entretanto, unilateralmente e sem notificar os contribuintes, o Fisco municipal desconsiderou o valor da negociação e lançou o imposto sobre a transmissão (ITBI) tendo como base 800 mil reais. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) Se o registrador efetivar a conclusão da alteração da propriedade imobiliária de modo tributariamente irregular, em nenhuma hipótese poderá ser responsabilizado pelo não recolhimento do ITBI.
 - (B) O valor pactuado entre as partes goza de presunção de legitimidade, só podendo ser afastado mediante regular processo administrativo a ser instaurado pelo Fisco, com contraditório.
 - (C) A base do ITBI está vinculada à base de cálculo do IPTU.
 - (D) O procedimento de arbitramento unilateral pelo Fisco é tributariamente adequado.
 - (E) Por ter sido entabulado negociação abaixo do valor de mercado, eventuais condições de desgaste do imóvel não justificam o valor entabulado pelos contratantes.
44. O Governador de um Estado-membro enviou para a Assembleia Legislativa um projeto de Lei tributando patinetes elétricos, ao argumento de que devem pagar IPTU por analogia com as motocicletas. Diante desse contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) Considerando se tratar de um idêntico esforço fiscalizatório, a medida é constitucional.
 - (B) É desnecessário o envio de lei para essa cobrança, bastando decreto do governador.
 - (C) Na hipótese específica do caso descrito, a analogia pode ser utilizada na falta de disposição expressa legal.
 - (D) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
 - (E) A tributação poderá ser instituída, mas com fundamento na equidade, e não na analogia.

45. Um engenheiro de software importou uma pequena peça para um veículo de coleção que possui, tendo sido tributado a título de ICMS nessa importação. Ele sustenta que a peça é para reposição, vinda dos EUA, sem qualquer finalidade comercial; o veículo pertenceu ao seu genitor e ele tem a pretensão de deixar como herança para os filhos. Considerando essa questão – se o particular, sem qualquer atividade comercial, tem que pagar o ICMS na importação –, assinale a alternativa correta.
- (A) O ICMS não pode incidir na espécie, pois manifesta a ausência de finalidade comercial ou mercantil com a referida importação.
 - (B) Ainda que o contribuinte alegue que não pretenda vender o bem, o veículo está disponível e é alienável, de modo que, por essa exclusiva razão, o Fisco pode e deve cobrar o ICMS.
 - (C) Considerando se tratar de engenheiro de software, que não comercializa veículos, o tributo não pode ser cobrado.
 - (D) É contribuinte do ICMS na importação, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, quem importa bens do exterior, de modo que o imposto pode ser cobrado.
 - (E) Nos termos do CTN, caso o contribuinte se comprometa a permanecer com o veículo por 5 anos, ele não pagará o imposto.
46. Considere que o Poder Executivo da União, por meio de decreto publicado no mês de setembro de um hipotético ano, tenha majorado as alíquotas do IPI dentro dos limites legais. A incidência tributária majorada, nos termos do decreto, possui vigência para os fatos geradores ocorridos cinco dias após a publicação. Considerando esse contexto, assinale a afirmativa certa.
- (A) Há manifesta violação aos princípios da anterioridade, nonagésima e anual, aplicáveis ao IPI.
 - (B) Há chapada inconstitucionalidade por vulneração ao princípio da anterioridade anual, ao qual se submete o IPI.
 - (C) A medida é ilegítima, mas apenas pela violação à anterioridade nonagésima, uma vez que o IPI excepciona, no ponto, a legalidade para a alteração das alíquotas e a anterioridade anual.
 - (D) Embora o IPI não se submeta ao princípio da legalidade, houve manifesta violação à anterioridade anual e à noventena.
 - (E) A medida é legítima, porque o IPI não se submete às anterioridades (anual e nonagésima) e à legalidade, no ponto em específico das alterações da alíquota.
47. Famoso youtuber infantil, com 11 anos de idade, passou a auferir vultosos valores com propaganda, em virtude das atividades desenvolvidas por meio do seu canal no Youtube. A Receita Federal, nesse contexto, passou a lançar o imposto de renda diretamente em face do contribuinte, com 11 anos de idade. Nesse contexto, tendo em conta as normas gerais de direito tributário, assinale a alternativa correta.
- (A) A Receita Federal necessita, previamente, provocar no Judiciário a emancipação civil, que é pressuposto para a cobrança tributária.
 - (B) A Receita Federal precisa lançar o tributo em face dos pais ou responsáveis pelo menor de idade, considerando que ele só possui 11 anos.
 - (C) Não incide imposto de renda em relação à renda e proventos de menores de idade.
 - (D) O lançamento tributário é perfeitamente hígido e pode ter como sujeito passivo, na condição de contribuinte, o menor de idade.
 - (E) Ainda que o menor de idade tenha condições de pagar o tributo, seus pais são devedores solidários.
48. Considere que José emprestou uma das suas motocicletas para o seu irmão João trabalhar como entregador. O empréstimo foi formalizado mediante contrato, registrado em cartório, por meio do qual houve expressa transferência de responsabilidade – tanto em relação às infrações de trânsito, como do IPVA. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta, especificamente em relação ao tributo (IPVA).
- (A) João será efetivamente o contribuinte, mas José poderá responder solidariamente.
 - (B) João será efetivamente o contribuinte, mas José poderá responder subsidiariamente.
 - (C) João e José devem responder conjuntamente pelo IPVA.
 - (D) José será o contribuinte do IPVA, sendo que o contrato entabulado, ainda que registrado em cartório, não interfere na relação jurídica tributária.
 - (E) João será o exclusivo contribuinte do IPVA, em razão do contrato registrado em cartório.

DIREITO TRIBUTÁRIO II – REFORMA TRIBUTÁRIA**Renato Grilo**

49. De acordo com a regulamentação, por lei complementar, da reforma tributária, bem como em relação às inovações principiológicas trazidas pela Reforma Tributária ao texto constitucional, assinale a alternativa correta.
- (A) Foi instituído o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - (B) Por emenda constitucional, a Reforma Tributária inseriu expressamente o princípio da “justiça tributária” no texto da CF de 1988.
 - (C) Por emenda constitucional, a Reforma Tributária inseriu expressamente o princípio da “cooperação tributária” no texto da CF de 1988.
 - (D) Foi instituída a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), de competência compartilhada entre Estados, Municípios e Distrito Federal.
 - (E) De modo expresse no texto da CF de 1988, após a Reforma Tributária, o sistema tributário nacional passa a se colocar em favor da Defesa do meio ambiente.
50. Dentre as alternativas, marque a que está errada, tendo em vista as disposições inseridas na CF de 1988 pela EC n. 132/2023, bem como a LC n. 214 de 2025.
- (A) O IBS e a CBS incidem sobre operações onerosas com bens ou com serviços, sendo que as operações não onerosas com bens ou com serviços serão tributadas nas hipóteses expressamente previstas na Lei Complementar n. 214/2015.
 - (B) A Reforma Tributária – EC n. 132/2023, expressamente revogou a COSIP – Contribuição sobre a Iluminação Pública, mediante supressão do art. 149-A da CF de 1988.
 - (C) O tributo constitucional conhecido como COSIP permanece na CF, mesmo após a Reforma, podendo ser cobrado mediante inserção na fatura da energia elétrica.
 - (D) Com a reforma tributária, a COSIP pode ser usada como mecanismo de melhoria de sistemas de monitoramento para segurança pública.
 - (E) Com a reforma tributária, a COSIP pode ser usada para a preservação de logradouros públicos.
51. Assinale a alternativa que está em desacordo (incorreta) com os termos da Lei Complementar n. 214/2025.
- (A) Não se insere dentro do conceito de “fornecimento”, de acordo com a regulamentação promovida pela Lei Complementar n. 214/2025, a sua mera disponibilização.
 - (B) Insere-se tecnicamente dentro da materialidade tributável “fornecimento” a instituição, transferência, cessão, concessão, licenciamento de bem imaterial.
 - (C) Insere-se tecnicamente dentro da materialidade tributável “fornecimento” a mera disponibilização de bem imaterial.
 - (D) Insere-se tecnicamente dentro da materialidade tributável “fornecimento” a disponibilização de serviço.
 - (E) Insere-se tecnicamente dentro da materialidade tributável “fornecimento” a prestação de serviço.
52. Considerando a regulação da Reforma Tributária por meio da Lei n. 214/2025, assinale a alternativa correta.
- (A) IBS e CBS são tributos de competência compartilhada.
 - (B) A CBS e o IBS eram tributos previstos no ADCT constitucional antes mesmo da emenda da reforma tributária.
 - (C) Não há previsão de observância à neutralidade tributária para a CBS, mas apenas para o IBS.
 - (D) A Lei n. 214/2025, ainda que hipoteticamente, não admite qualquer ressalva à neutralidade do IBS e da CBS.
 - (E) O IBS e a CBS são informados pelo princípio da neutralidade, segundo o qual esses tributos devem evitar distorcer as decisões de consumo e de organização da atividade econômica.
53. A respeito da incidência do IBS e da CBS, assinale a alternativa correta.
- (A) Os tributos não incidem sobre as operações onerosas de compra e venda, troca ou permuta, dação em pagamento e demais espécies de alienação.
 - (B) A CBS não incide sobre a locação.
 - (C) O IBS não incide sobre o licenciamento, concessão, cessão.
 - (D) Os tributos não incidem sobre o mútuo oneroso.
 - (E) Embora se trate de operação não onerosa, em regra os tributos IBS e CBS incidirão sobre o fornecimento de brindes e bonificações.

54. A respeito da incidência do IBS e da CBS, assinale a alternativa incorreta.
- (A) De modo amplo, as bonificações são tributadas pelo IBS e CBS, ainda que constem do respectivo documento fiscal e que não dependam de evento posterior.
 - (B) Haverá a incidência dos tributos, IBS e CBS, sobre o fato material do fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços, nos termos da Lei n. 214/2025.
 - (C) O fornecimento de brindes e bonificações, em regra, se sujeita à incidência do IBS e da CBS.
 - (D) Está sujeita à incidência da CBS e do IBS a transmissão, pelo contribuinte, para sócio ou acionista que não seja contribuinte no regime regular, por devolução de capital, dividendos *in natura* ou de outra forma, de bens cuja aquisição tenham permitido a apropriação de créditos pelo contribuinte, inclusive na produção.
 - (E) Está sujeito à incidência do IBS e da CBS os fornecimentos efetuados a valor inferior ao de mercado de bens e serviços por contribuinte a parte relacionada.
55. A respeito das alterações na CF de 1988 promovidas pela Reforma Tributária, bem como tendo em mente as disposições da Lei Complementar n. 214/2015, assinale a alternativa correta.
- (A) Na parte em que altera os tributos estaduais e municipais previstos na Constituição Federal, a Reforma Tributária (EC 132) vedou qualquer alteração na base de cálculo do IPTU por ato infralegal.
 - (B) Na parte em que altera os tributos estaduais e municipais previstos na Constituição Federal, a Reforma Tributária (EC 132) permite que as alíquotas do IPVA sejam diferentes na medida do respectivo impacto ambiental gerado.
 - (C) Na parte em que altera os tributos estaduais e municipais previstos na Constituição Federal, a Reforma Tributária (EC 132), as embarcações foram amplamente imunizadas.
 - (D) Na parte em que altera os tributos estaduais e municipais previstos na Constituição Federal, a Reforma Tributária (EC 132), as aeronaves foram amplamente imunizadas.
 - (E) Na parte em que altera os tributos estaduais e municipais previstos na Constituição Federal, a Reforma Tributária (EC 132), as máquinas agrícolas estão passíveis de ser amplamente tributadas.
56. Considerando os normativos que regulam o IBS e a CBS, conforme previsto na Constituição Federal e na Lei Complementar n. 214/2025, marque a alternativa que indica uma permissão para a incidência tributária.
- (A) O fornecimento de serviços por pessoas físicas na regular vigência de relação de emprego com o contribuinte.
 - (B) Doações sem contraprestação em benefício do doador.
 - (C) As transferências de bens públicos para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.
 - (D) A transmissão por alienação de participação societária.
 - (E) De modo geral e em regra, o fornecimento de bonificações.
57. De acordo com a Lei Complementar n. 214/2015, as plataformas digitais, ainda que domiciliadas no exterior, são responsáveis pelo pagamento do IBS e da CBS relativos às operações e importações realizadas por seu intermédio. A esse respeito, marque, dentre as alternativas abaixo, a alternativa que descreve uma plataforma digital, de acordo com a lei.
- (A) Considera-se plataforma digital aquela que atua como intermediária entre fornecedores e adquirentes nas operações e importações realizadas de forma não presencial ou por meio eletrônico.
 - (B) A plataforma digital que provê o fornecimento de acesso à internet.
 - (C) A plataforma digital que provê serviços de pagamentos prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
 - (D) Plataformas de publicidade.
 - (E) A plataforma de busca ou comparação de fornecedores, desde que não cobre pelo serviço com base nas vendas realizadas.
58. Acerca da disciplina constitucional e regulamentar do imposto de competência compartilhada, assinale a alternativa incorreta.
- (A) A neutralidade norteará o imposto.
 - (B) Será um imposto integrado por sua própria base de cálculo.
 - (C) Será dimensionado, quantitativamente, pela adição da alíquota do Estado com a alíquota do Município de destino da operação.
 - (D) Todos os entes federativos terão alíquota própria.
 - (E) As operações com bens imateriais constituirão aspecto material do imposto.

59. Em conformidade com a Lei Complementar n. 214/2025, será parte integrante do aspecto dimensível dos tributos (base de cálculo), as seguintes parcelas, exceto:
- (A) o valor correspondente ao IPI federal – Imposto sobre Produtos Industrializados.
 - (B) juros e multas.
 - (C) descontos condicionais.
 - (D) transporte por conta e ordem do fornecedor.
 - (E) seguros e taxas.
60. Comporá o polo passivo da relação jurídica tributária dos tributos CBS e IBS os seguintes contribuintes, exceto:
- (A) fornecedor que opera no desenvolvimento de atividade econômica.
 - (B) fornecedor que atua de modo eventual.
 - (C) fornecedor profissional, ainda que a profissão não seja regulamentada.
 - (D) o importador.
 - (E) como responsável tributário no caso de importações, o fornecedor residente ou domiciliado no exterior.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Vilson Cortez

61. A Indústria LactBR, sediada em Goiás, atua como indústria de laticínios e adquire leite cru diretamente de diversos produtores rurais da região, utilizando também postos de resfriamento próprios para o armazenamento temporário do produto. Em certa ocasião, a LactBR transferiu leite cru de um de seus postos de resfriamento para seu estabelecimento industrial localizado no mesmo estado. Durante fiscalização, levantou-se a dúvida quanto à responsabilidade pelo pagamento do ICMS e à necessidade de emissão de documentos fiscais durante essas operações.

Com base no disposto no art. 8º do regulamento sobre a operação com leite cru ou creme de leite, analise as alternativas a seguir e assinale a correta.

- (A) A responsabilidade pelo ICMS devido na operação anterior com leite cru é sempre do produtor rural, ainda que haja posto de resfriamento ou indústria envolvida na operação.
 - (B) No caso de transferência interna de leite entre postos de resfriamento e indústria de laticínios do mesmo contribuinte, a responsabilidade pelo pagamento do imposto permanece com o posto de resfriamento remetente.
 - (C) A legislação dispensa a emissão de nota fiscal na saída interna de leite cru do produtor para o posto de resfriamento ou para a indústria, desde que dentro do mesmo estado.
 - (D) A indústria de laticínios ou o posto de resfriamento, quando atuarem como substitutos tributários, devem emitir um conhecimento de transporte rodoviário para cada prestação individual de serviço de transporte entre municípios.
 - (E) Quando o leite cru é recebido diretamente pelo estabelecimento industrial da indústria de laticínios, esta não pode ser considerada substituta tributária, sendo o ICMS de responsabilidade do produtor rural.
62. A empresa AgroDestil, estabelecida em Goiás, atua como destilaria de álcool e realiza a aquisição de cana-de-açúcar de diversos fornecedores locais para fins de industrialização. Durante auditoria fiscal, surgiram dúvidas quanto ao regime de substituição tributária aplicável às operações de entrada da cana-de-açúcar, especialmente sobre o cálculo e o crédito do ICMS devido nessas operações.
- Considerando o disposto no art. 11 do regulamento que trata da substituição tributária na aquisição de cana-de-açúcar para industrialização, assinale a alternativa correta.
- (A) O produtor rural que fornece a cana-de-açúcar é o responsável direto pelo recolhimento do ICMS, cabendo à destilaria apenas o controle de entrada do produto.
 - (B) O fabricante de aguardente, ao apurar o imposto por substituição, deve somar o valor do ICMS destacado nas notas fiscais emitidas pelos fornecedores, sem qualquer cálculo adicional.
 - (C) A usina açucareira deve calcular o imposto sobre a aquisição da cana-de-açúcar aplicando diretamente a alíquota vigente sobre o valor da mercadoria constante na nota fiscal de entrada.
 - (D) O imposto devido por substituição, no caso da destilaria de álcool, deve ser apurado somando-se o ICMS destacado nas notas fiscais emitidas mensalmente por fornecedor, conforme previsto no art. 38 do Anexo XIII.
 - (E) O valor do imposto apurado pelo regime de substituição pode ser registrado como crédito no Livro de Apuração do ICMS, no quadro de "Outros Créditos", e deve ser pago dentro do prazo previsto na legislação tributária.

63. Durante uma fiscalização da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, um auditor fiscal apreendeu equipamentos eletrônicos de uma empresa varejista por suspeita de sonegação fiscal, sem que, até então, tivesse sido lavrado auto de infração ou outro documento formal. No dia seguinte, foi lavrado o auto de infração com o respectivo lançamento do crédito tributário, incluindo a descrição das infrações apuradas nos dois últimos exercícios fiscais.

Com base no disposto nos artigos 7º e 8º da Legislação Tributária Estadual de Goiás, assinale a alternativa correta.

- (A) O procedimento fiscal teve início apenas com a lavratura do auto de infração, pois é esse o primeiro ato formal do fisco que caracteriza a ação fiscal.
 - (B) O pagamento do tributo após o início do procedimento fiscal exclui a penalidade, desde que efetuado antes da lavratura do auto de infração.
 - (C) A apreensão de equipamento eletrônico antes da lavratura do auto de infração não é suficiente para caracterizar o início do procedimento fiscal.
 - (D) O lançamento fiscal referente a infrações de mesma natureza detectadas em exercícios distintos pode ser consolidado em um único documento, desde que identificados os elementos não comuns a cada exercício.
 - (E) É vedada a inclusão de outro sujeito passivo no lançamento após sua emissão, mesmo que compareça espontaneamente no curso do processo.
64. Durante inspeção da Corregedoria no Conselho Administrativo Tributário (CAT) de Goiás, constatou-se que um conselheiro da representação do fisco vinha reter reiteradamente processos além do prazo de vista, sem justificativa plausível. Ao mesmo tempo, outro conselheiro estava participando de um projeto de implantação de sistema eletrônico de julgamento, por designação do presidente do CAT, em jornada separada da função regular. A presidência do CAT está temporariamente sendo exercida pelo vice-presidente, em razão das férias do titular.

Com base nas disposições legais aplicáveis ao CAT, assinale a alternativa correta.

- (A) A retenção reiterada e injustificada de processos por conselheiro caracteriza hipótese de perda do mandato, mas somente se confirmada em sentença judicial transitada em julgado.
 - (B) O conselheiro designado para projeto transitório poderá continuar exercendo a função de julgamento cumulativamente, mesmo que haja incompatibilidade de horários entre as atividades.
 - (C) A substituição do presidente do CAT pelo vice-presidente durante férias impede o exercício simultâneo das atribuições de conselheiro por este último.
 - (D) A perda de mandato por conduta irregular de conselheiro poderá ser aplicada também a julgador de primeira instância, desde que respeitado o devido processo legal.
 - (E) Em caso de empate em julgamento, o coordenador da Câmara Julgadora poderá se abster de votar, optando por encaminhar o processo à instância superior.
65. A empresa GoiásAgro S/A, beneficiária de incentivos fiscais relacionados ao ICMS, foi autuada por não recolher determinada contribuição vinculada à fruição desses benefícios. Durante o processo de fiscalização, também foi constatado que a empresa participava de um regime especial de controle de exportações, com saídas destinadas ao exterior. A fiscalização ainda apontou que a cobrança da contribuição poderia ter ocorrido com base em percentual sobre o valor das operações ou por unidade de medida comercializada.

Com base na legislação sobre as receitas do FUNDEINFRA, assinale a alternativa correta.

- (A) A contribuição devida ao FUNDEINFRA, em todos os casos, deve ser cobrada exclusivamente com base em percentual fixo de 1,65% sobre o valor das operações de exportação.
- (B) O recolhimento da contribuição ao FUNDEINFRA constitui condição para fruição de benefícios fiscais, adesão a regime especial de exportação e também para certos casos de substituição tributária.
- (C) As únicas fontes de receita do FUNDEINFRA são dotações orçamentárias do Tesouro Estadual e transferências de outros fundos estaduais.
- (D) A legislação do FUNDEINFRA não permite o recebimento de verbas de organismos internacionais, ainda que voltadas ao desenvolvimento da infraestrutura pública.
- (E) O imposto devido por substituição tributária jamais pode ser considerado para fins de receita do FUNDEINFRA, já que é de responsabilidade exclusiva do substituído.

66. A empresa AutoFast Veículos Ltda. atua no ramo de revenda de automóveis e, em 2024, decidiu incorporar parte de seu estoque ao ativo imobilizado, destinando os veículos à frota interna. Já no início de 2025, constatou que diversos veículos adquiridos em anos anteriores permaneciam em uso. Durante fiscalização, também se apurou que a empresa importou diretamente um lote de carros no fim de 2024 e que houve perda de isenção de um dos veículos anteriormente beneficiado por essa condição.

Considerando a legislação sobre o fato gerador do IPVA, assinale a alternativa correta.

- (A) O fato gerador do IPVA ocorre exclusivamente no dia 1º de janeiro de cada ano, independentemente do tipo de aquisição ou mudança de situação do veículo.
- (B) A incorporação de veículos ao ativo permanente da empresa não configura hipótese de fato gerador do IPVA.
- (C) A data do desembaraço aduaneiro é considerada fato gerador apenas quando o veículo importado for destinado à revenda.
- (D) O veículo cuja isenção foi perdida passa a ter fato gerador do IPVA na data em que a isenção deixa de produzir efeitos.
- (E) Veículos adquiridos anteriormente ao exercício vigente não estão sujeitos ao IPVA, ainda que permaneçam em uso pelo contribuinte.

67. Considere as situações abaixo, todas ocorridas no Estado de Goiás:

- 1) Um produtor rural possui um trator utilizado exclusivamente em atividades agrícolas.
- 2) Um veículo foi adaptado para uso exclusivo de uma pessoa com deficiência visual, com valor inferior ao limite estabelecido para isenção integral do ICMS.
- 3) Uma empresa de transporte turístico opera ônibus credenciados junto ao órgão competente de fiscalização.
- 4) Uma motocicleta de 150cc fabricada em 2021 é de propriedade de uma pessoa física e permanece em circulação.
- 5) Um automóvel de uso particular com 9 anos de fabricação é utilizado por um contribuinte sem nenhuma condição especial.

Com base na legislação estadual sobre a isenção do IPVA, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente as situações 1, 2 e 3 dão direito à isenção do IPVA no Estado de Goiás.
- (B) Todas as situações descritas são hipóteses legais de isenção do IPVA, conforme a legislação vigente.
- (C) A isenção do IPVA para motocicletas até 150cc depende exclusivamente de seu uso em transporte remunerado de passageiros.
- (D) Veículos com até 10 anos de uso, como o da situação 5, são isentos do IPVA em Goiás.
- (E) A isenção do IPVA para pessoas com deficiência aplica-se exclusivamente àquelas com deficiência física que sejam também condutoras do veículo.

68. Com base no art. 72-A da legislação estadual, assinale a alternativa que não configura hipótese de caracterização de doação para fins de incidência do ITCD.

- (A) João, pai de Pedro, empresta-lhe R\$ 100.000,00 por meio de contrato escrito, sem juros, sem correção, sem prazo para devolução e sem registro em cartório.
- (B) Carla integraliza capital social de uma empresa com R\$ 500.000,00 sem comprovar a origem dos recursos utilizados.
- (C) Lucas compra um imóvel de R\$ 200.000,00, e o valor é pago integralmente por sua mãe, sem formalização de doação.
- (D) Empresa Z paga, com recursos próprios, dívida particular de seu sócio-diretor, sem contrapartida registrada na contabilidade.
- (E) André adquire ações de uma empresa por R\$ 150.000,00, valor esse transferido diretamente pelo vendedor mediante financiamento bancário contratado por André e registrado em contrato.

69. De acordo com a legislação do Estado de Goiás, no que se refere à base de cálculo do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de imóvel urbano, a base de cálculo do ITCD nunca poderá ser inferior ao valor declarado pelo contribuinte no Imposto Territorial Rural (ITR).
- (B) A Fazenda Pública Estadual está proibida de utilizar qualquer valor de mercado estimado como base de cálculo do ITCD, devendo sempre se basear exclusivamente no valor declarado em escritura pública.
- (C) O valor de mercado para fins de base de cálculo do ITCD pode ser fixado com base em valores referenciais utilizados para o ICMS e o IPVA, conforme previsto na legislação estadual.
- (D) O ITCD não admite deduções da base de cálculo em nenhuma hipótese, mesmo no caso de dívidas do espólio.
- (E) Quando ocorrerem várias doações sucessivas entre pessoas diferentes no período de 12 meses, os valores serão somados para fins de cálculo do imposto.

70. Com base no art. 62 da Lei n. 11.651/1991 (Lei do ICMS do Estado de Goiás), assinale a alternativa correta quanto às hipóteses em que não se exige a anulação do crédito do imposto.
- (A) Será exigida a anulação do crédito do imposto em todas as saídas destinadas ao exterior, salvo se forem operações interestaduais com fim específico de exportação.
 - (B) Nas entradas de mercadorias cuja saída subsequente esteja beneficiada com isenção prevista na alínea “t” do inciso I do art. 37 da mesma lei, o contribuinte remetente poderá manter o crédito, independentemente do tratamento tributário adotado pelo destinatário.
 - (C) A anulação do crédito do ICMS não será exigida nas entradas de mercadorias cuja saída posterior esteja beneficiada com a não incidência referida nos incisos do art. 37, incluindo, entre outros, os incisos I, II e III.
 - (D) O estorno do crédito é dispensado nas hipóteses em que o destinatário promover saída subsequente com isenção, redução de base de cálculo ou crédito presumido, independentemente de previsão específica na legislação.
 - (E) A manutenção do crédito do ICMS é vedada nas operações com destino ao exterior, quando houver concessão de crédito presumido ou outorgado no destino.
71. O ICMS nas operações interestaduais envolvendo consumidor final, especialmente não contribuinte do imposto, é tema de recorrente complexidade no ordenamento jurídico-tributário brasileiro. Com base na Constituição Federal, na Lei Complementar n. 190/2022 e na jurisprudência atual do STF, assinale a alternativa correta.
- (A) A produção de efeitos da Lei Complementar n. 190/2022, que regulamenta a cobrança do DIFAL nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte, está sujeita apenas ao princípio da anterioridade anual, sendo dispensada a noventena por não instituir novo tributo.
 - (B) O STF já declarou inconstitucional a cobrança do DIFAL sem a edição de lei complementar específica, motivo pelo qual os Estados ficaram impedidos de realizar essa cobrança mesmo após a edição da Lei n. 190/2022.
 - (C) Nas operações interestaduais com consumidor final contribuinte do imposto, a responsabilidade pelo recolhimento da diferença de alíquotas é do destinatário, conforme entendimento consolidado no âmbito do Confaz, sem previsão constitucional.
 - (D) A cobrança do DIFAL nas operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, instituída pela EC n. 87/2015, depende da edição de lei complementar veiculadora de normas gerais, sob pena de inconstitucionalidade.
 - (E) Nos termos da Constituição e da Lei n. 87/1996 (com as alterações da EC n. 87/2015), nas operações interestaduais com destino a consumidor final, contribuinte ou não, o ICMS será sempre devido integralmente ao estado de origem, observadas suas alíquotas internas.
72. Diante de enchentes severas que afetaram a infraestrutura de diversos municípios goianos, o governador do Estado propõe, como parte das políticas emergenciais de recuperação, a instituição de moratória do ICMS, permitindo que os contribuintes deixem de recolher o imposto por três meses, com quitação posterior, sem encargos, em 24 parcelas mensais. Considerando as disposições do Código Tributário do Estado de Goiás (Lei n. 11.651/1991) e os entendimentos consolidados do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:
- (A) O diferimento ou a moratória do ICMS, ainda que com adiamento do ingresso efetivo do tributo, exige que o Estado continue a repassar aos municípios sua cota parte, como se a arrecadação tivesse ocorrido regularmente, sob pena de violação à regra do art. 158, IV, da Constituição Federal.
 - (B) A moratória, como instituto jurídico, é espécie de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assim como o parcelamento, a decadência e a prescrição, conforme previsão do Código Tributário Nacional.
 - (C) O parcelamento do crédito tributário, mesmo que com prazo estendido e sem encargos, possui natureza de isenção fiscal, e, por isso, só pode ser instituído por meio de lei complementar estadual.
 - (D) A medida idealizada pelo governador configura tecnicamente parcelamento ordinário, e não moratória, pois não suspende o crédito, mas apenas adia a sua exigibilidade, sendo por isso uma modalidade de extinção do crédito tributário.
 - (E) A proposta do governador viola o Código Tributário Estadual de Goiás, que limita expressamente o parcelamento do ICMS a no máximo 12 parcelas mensais, tornando a medida juridicamente impossível sem alteração legislativa.

73. Nos termos dos arts. 4º e 5º da legislação aplicável (Anexo IX do RCTE) ao regime especial e à fruição de benefícios fiscais de ICMS no Estado, assinale a alternativa correta.
- (A) A celebração do termo de regime especial para aplicação de benefício fiscal independe da regularidade fiscal do contribuinte em relação à União, desde que esteja adimplente com o ICMS estadual.
 - (B) A opção do contribuinte por benefício fiscal em substituição ao regime normal de tributação do ICMS deve ser registrada no livro Registro de Entradas e saídas e praticada por no mínimo três meses.
 - (C) A opção por benefício fiscal substitutivo ao regime normal deve ser exercida para o exercício civil completo ou, se realizada no decorrer do ano, até o mínimo de 31 de dezembro, salvo previsão diversa em lei.
 - (D) O termo de regime especial, uma vez assinado, tem vigência por prazo indeterminado e só pode ser revogado judicialmente, a pedido da Procuradoria-Geral do Estado.
 - (E) A opção pelo benefício fiscal torna-se irrevogável mesmo que o contribuinte venha a aderir posteriormente a outro benefício mais vantajoso previsto na legislação estadual.
74. Nos termos da legislação estadual que trata da fruição de benefícios fiscais (Anexo IX do RCTE) condicionados à inexistência de produto similar nacional, é correto afirmar:
- (A) A ausência de produto similar nacional deve ser atestada por entidade de qualquer nível de representação setorial, inclusive regional, desde que vinculada à cadeia produtiva do bem importado.
 - (B) A comprovação da ausência de similaridade, quando exigida, deve ser feita exclusivamente por órgão federal técnico especializado, sendo vedada sua emissão por entidades privadas ou estaduais.
 - (C) Quando se tratar de partes, peças e reagentes químicos, e não sendo viável a comprovação nos moldes do caput do art. 3º, admite-se que o atestado seja emitido por órgão estadual competente pela exigência do ICMS.
 - (D) O atestado de inexistência de produto similar nacional, independentemente da forma de emissão, terá validade indeterminada, salvo revogação expressa pela autoridade competente.
 - (E) Para fins de importação com benefício fiscal, a simples declaração do importador quanto à inexistência de similar nacional substitui o atestado técnico, nos termos da legislação estadual.
75. A empresa Alpha Indústria de Ferramentas Ltda., localizada em Anápolis-GO, mantém um depósito fechado próprio em Aparecida de Goiânia-GO, utilizado exclusivamente para o armazenamento de mercadorias. Em janeiro, enviou uma remessa de ferramentas de seu estabelecimento industrial para o depósito fechado. Em março, parte dessas ferramentas foi diretamente retirada do depósito e enviada para uma filial da própria empresa, situada em Rio Verde-GO. Considerando o disposto nos arts. 18 a 21 do Regulamento do ICMS de Goiás, assinale a alternativa correta sobre os documentos fiscais envolvidos nas operações descritas.
- (A) A saída das mercadorias para o depósito fechado deve ser acompanhada de nota fiscal emitida pela filial de Rio Verde, com natureza de operação "REMESSA PARA DEPÓSITO FECHADO", destacando-se o ICMS relativo à operação.
 - (B) No retorno simbólico das mercadorias do depósito fechado, antes do envio à filial, deve ser emitida nota fiscal pelo depósito, com destaque do ICMS, indicando o valor atualizado das mercadorias.
 - (C) Na remessa do depósito fechado diretamente para a filial, o estabelecimento industrial (depositante) deve emitir nota fiscal com destaque do ICMS, e o depósito fechado deve emitir nota fiscal de retorno simbólico sem destaque do imposto.
 - (D) A operação de envio das mercadorias à filial caracteriza simples transferência interna e, por isso, prescinde da emissão de nota fiscal pelo depósito fechado, bastando a nota fiscal do depositante.
 - (E) O depósito fechado, por não possuir autonomia operacional, deve emitir nota fiscal em nome da filial, com destaque do ICMS, contendo todas as informações fiscais exigidas.
76. A empresa Beta Agroindustrial S.A., localizada em Rio Verde-GO, enviou em março determinado lote de insumos agrícolas para armazenamento em armazém geral localizado no mesmo Estado, no município de Jataí-GO. O objetivo era manter a mercadoria em local mais próximo de determinados produtores, que futuramente a comprariam. Em maio, parte dessa mercadoria foi vendida a um cliente localizado em Jataí-GO e, a pedido do adquirente, retirada diretamente do armazém geral. Considerando as regras do ICMS aplicáveis a operações com armazém geral e a função de depositário, assinale a alternativa correta.
- (A) A remessa da mercadoria para o armazém geral exige nota fiscal emitida pela Beta Agroindustrial com destaque do ICMS, já que a circulação física implica a ocorrência do fato gerador do imposto.
 - (B) O armazém geral, ao entregar a mercadoria diretamente ao comprador, deve emitir nota fiscal em nome da empresa vendedora (depositante), com destaque do ICMS, indicando o valor da operação e os dados do adquirente.
 - (C) A venda direta de mercadoria armazenada em armazém geral deve ser documentada por nota fiscal emitida pela Beta Agroindustrial, que indicará como local de retirada o endereço e os dados do armazém geral.
 - (D) O armazém geral, como depositário, assume a condição de contribuinte do ICMS no momento da saída da mercadoria, e deve recolher o imposto referente à operação comercial realizada pelo depositante.
 - (E) A Beta Agroindustrial, por ter vendido a mercadoria já armazenada no armazém geral, não precisa emitir nota fiscal de venda, pois essa obrigação é transferida ao armazém na condição de substituto tributário.

77. A Secretaria da Economia de Goiás, no curso de uma fiscalização tributária, notificou diversos entes para que prestassem informações sobre operações realizadas por terceiros. Considerando as disposições do art. 151 da Lei Estadual n. 11.651/1991 (CTE-GO), é correto afirmar:
- (A) Somente os órgãos da administração pública e as empresas de administração de bens podem ser obrigados a fornecer informações à Fazenda Estadual, desde que sejam previamente intimados por decisão judicial.
 - (B) Os intermediadores de serviços e negócios referentes a transações comerciais são obrigados a prestar informações fiscais, mesmo que as pessoas envolvidas não estejam inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS.
 - (C) As instituições financeiras integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro estão dispensadas de informar as transações feitas com cartões de crédito, em razão do sigilo bancário.
 - (D) Os advogados, por exercerem profissão regida por sigilo legal, nunca podem ser obrigados a prestar informações à autoridade fiscal.
 - (E) As empresas de transporte somente têm obrigação de informar quando forem parte direta na relação contratual do contribuinte com o Estado.
78. A empresa Sigma Pagamentos Digitais S/A, que atua como intermediadora financeira fora do SPB, foi notificada pela Fazenda Estadual para fornecer dados de movimentações realizadas por contribuintes. O diretor jurídico da empresa recusou-se a atender, alegando que a empresa não integra o Sistema de Pagamentos Brasileiro e que as transações estão protegidas por sigilo. Considerando o disposto no art. 151 da Lei Estadual n. 11.651/1991, assinale a alternativa correta.
- (A) A recusa é legítima, pois apenas instituições integrantes do SPB têm obrigação de fornecer informações à autoridade fiscal.
 - (B) A recusa é legítima apenas se houver sigilo contratual entre a Sigma e seus clientes, mesmo que não se trate de sigilo legal.
 - (C) A recusa é legítima porque o fornecimento de informações por empresas privadas depende de autorização judicial prévia.
 - (D) A recusa é indevida, pois a Sigma, mesmo fora do SPB, está obrigada a prestar informações sobre as transações que intermedia.
 - (E) A recusa é irrelevante, já que, mesmo se confirmada, não gera responsabilidade solidária da empresa pelos prejuízos causados à Fazenda Estadual.
79. A empresa "Distribuidora Goiás Ltda.", estabelecida em Anápolis/GO, realizou a remessa de mercadorias sem destinatário certo para operação fora do estabelecimento, utilizando um caminhão próprio para percorrer diversas cidades do interior de Goiás. As mercadorias seriam entregues e faturadas diretamente aos clientes no ato da venda. Durante o mês, algumas entregas foram feitas também em Minas Gerais. Considerando a operação descrita e o disposto no art. 28 do Anexo XII do RCTE-GO, assinale a alternativa correta.
- (A) A nota fiscal de remessa pode deixar de mencionar os números das notas fiscais a serem emitidas por ocasião das entregas, desde que o veículo esteja vinculado à empresa.
 - (B) A empresa está dispensada de emitir nota fiscal de entrada para as mercadorias não vendidas e retornadas, desde que estas não tenham saído do Estado de Goiás.
 - (C) A Distribuidora Goiás deve lançar o imposto da nota de remessa como débito definitivo no livro Registro de Apuração do ICMS, não sendo admitido qualquer estorno posterior.
 - (D) A empresa poderá creditar-se do ICMS pago em Minas Gerais sobre as vendas realizadas naquele estado, desde que este valor não ultrapasse a diferença entre o imposto devido a Minas Gerais e o imposto devido a Goiás sobre a mesma base de cálculo.
 - (E) O caminhão utilizado para a operação fora do estabelecimento é considerado estabelecimento autônomo, devendo possuir inscrição própria no cadastro de contribuintes.
80. A empresa "Móveis Plenitude Ltda.", sediada em Uberlândia/MG, realizou o envio de um caminhão com mercadorias destinadas à venda no interior de Goiás, sem destinatário certo, com a intenção de realizar entregas diretas conforme a demanda dos clientes durante o trajeto. Ao entrar no território goiano por Itumbiara, o veículo foi abordado por fiscalização estadual.
- Considerando a legislação tributária aplicável a essa operação, assinale a alternativa correta.
- (A) O ICMS devido à Goiás deve ser recolhido no destino final da mercadoria, após a emissão da nota fiscal correspondente à venda.
 - (B) O imposto devido pode ser recolhido de forma parcelada, desde que o contribuinte tenha inscrição estadual em Goiás.
 - (C) O imposto relativo à operação deve ser pago antecipadamente no primeiro ponto fiscal goiano ou, na falta deste, na AGENFA do primeiro município de ingresso.
 - (D) Se a mercadoria estiver acompanhada de nota fiscal com alíquota interestadual, não há exigência de recolhimento antecipado em Goiás.
 - (E) Caso o contribuinte de outro Estado esteja com mercadoria sem destinatário certo e sem qualquer documento fiscal, o ICMS será cobrado apenas no momento da venda final.



Secretaria de Fazenda do Estado de Goiás

Auditor – Fiscal da Receita Estadual

Folha de Respostas

Número do Caderno	Cargo ou Opção
000000000	Auditor – Fiscal da Receita Estadual

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -	061 -	071 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -	062 -	072 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -	063 -	073 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -	064 -	074 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -	065 -	075 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -	066 -	076 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -	067 -	077 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -	068 -	078 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -	069 -	079 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -	070 -	080 -

GRANXPERTS

O POTENCIAL VOCÊ JÁ TEM.

Nós só precisamos te mostrar,
para juntos correremos rumo
à sua aprovação.

O programa de coaching do Gran é o diferencial na sua preparação. Com ele, você chega mais longe e mais rápido. Nosso time de Xperts está de prontidão para guiar nossos alunos por caminhos em que o estudo é mais pragmático e organizado e o aprendizado vem de forma mais fácil e segura.



PERSONALIZAÇÃO

Seu coach irá te apoiar e direcionar pelos longos e difíceis caminhos do estudo. Com técnicas e táticas personalizadas de acordo com suas necessidades, um plano estratégico de estudos será traçado para que você alcance resultados mais rápidos e satisfatórios.



ACOMPANHAMENTO DE ROTINA

Com planos feitos, resta colocá-los em prática. Com ajuda para gerenciar e desenvolver sua rotina, você consegue ajustar sua jornada diária para que todas as suas necessidades sejam preenchidas ao longo das horas. Principalmente os estudos!



PERCEPÇÃO DE CAPACIDADES

Onde você é muito bom, em que precisa melhorar, quais são seus limites, onde necessita de mais ajuda. Seu coach terá uma percepção clara de como você funciona e como deverá traçar suas metas e objetivos.



MOTIVAÇÃO

Uma batalha travada com amigos ao lado é sempre mais fácil de encarar. Conte sempre com apoio, motivação, suporte, dicas, palavras de ânimo e, se precisar, até puxões de orelha que vão fazer você chegar aonde sempre sonhou.

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero fazer parte do
programa granxperts